



PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR SUBSTITUTO/TEMPORÁRIO

EDITAL Nº 020/2019

ÁREA: Direito Público

PROVA ESCRITA

INSTRUÇÕES

1	Este Caderno contém 25 questões de múltipla escolha . Verifique se ele está completo. Se estiver incompleto ou contiver imperfeição gráfica que impeça a leitura, solicite imediatamente ao Fiscal que o substitua.
2	A Prova Objetiva (questões de múltipla escolha) vale 10,0 pontos e cada uma de suas questões tem o mesmo valor.
3	Cada questão de múltipla escolha apresenta 5 opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
4	Somente serão avaliadas as respostas transcritas no gabarito definitivo, localizado ao final deste Caderno de Prova.
5	Você dispõe de, no máximo, três horas para responder às questões de múltipla escolha e preencher o gabarito definitivo na página final.
6	Antes de se retirar definitivamente da sala, devolva ao Fiscal este Caderno de Prova, sob pena de eliminação do certame.

NOME DO CANDIDATO: _____

QUESTÃO 1) Pierre, cidadão francês, aproveitando-se de falha na segurança, atenta contra a vida do Presidente do Brasil que participava de ato público na Torre Eiffel. Diante do fato, assinale a alternativa verdadeira:

- a) tal crime pode ser alcançado pela legislação brasileira, em razão da possibilidade de extraterritorialidade prevista no art. 7º do Código Penal.
- b) tal crime pode ser alcançado pela legislação brasileira, pois o ordenamento jurídico pátrio admite extradição nesses casos.
- c) tal crime não pode ser alcançado pela legislação brasileira, em virtude do princípio da territorialidade descrito no art. 5º do Código Penal.
- d) tal crime não pode ser alcançado pela lei brasileira, em respeito a soberania da França.
- e) tal crime deverá ser julgado na França.

QUESTÃO 2) Mariana, na intenção de matar sua sogra, adquire veneno letal na cidade de Santa Cruz. Chegando em Natal, oferece suco envenenado à vítima, que vem a falecer horas depois em Parnamirim. Desvendada a cadeia criminosa, pode-se afirmar:

- a) Apenas o juízo de Parnamirim é competente para processar o feito, pois é a comarca onde se deu o resultado.
- b) Os juízos de Santa Cruz, Natal e Parnamirim são potencialmente competentes, pois o processamento do feito pode acontecer tanto no local dos atos executórios, como do resultado.
- c) O juízo de Natal é prevento pois o resultado deveria ter acontecido lá.
- d) O juízo de Parnamirim é absolutamente incompetente, pois nenhum ato criminoso aconteceu lá, só o resultado.
- e) O juízo de Santa Cruz é absolutamente incompetente, pois nenhum ato criminoso ou resultado aconteceu lá.

QUESTÃO 3) Dinho, durante o cumprimento de pena privativa de liberdade, é acometido de doença mental transitória. Para tratamento, fica internado durante 6 (seis) meses em hospital de custódia, e em seguida é encaminhado para tratamento ambulatorial na casa de sua mãe, onde permanece por mais 3 (três) meses. Restando totalmente curado, retorna ao cumprimento da pena em estabelecimento prisional. Para o cômputo da progressão de regime:

- a) Devem ser considerados somente os 6 (seis) meses que esteve internado em hospital de custódia.
- b) Devem ser considerados somente os 3 (três) meses que esteve em tratamento domiciliar.
- c) Devem ser considerados os 9 (nove) meses totais do tratamento.
- d) Deve ser desconsiderado o tempo de tratamento.
- e) Deve ser considerado apenas 50% (cinquenta por cento) do tempo de internação em hospital de custódia.

QUESTÃO 4) Hamilton, gerente de uma loja de carros usados, em virtude da imensa confiança que mantinha com sua equipe de vendedores, entregou aos empregados uma cópia da chave da garagem do estacionamento. Em virtude de uma operação policial, foram encontrados dois veículos roubados na garagem da loja. O dono da loja afirmou que havia dado a chave apenas ao gerente. Sob à luz da Teoria do Domínio do Fato, assinale a alternativa correta:

- a) Hamilton é partícipe do delito de receptação, pois sua conduta foi indispensável para o sucesso da empreitada criminosa.
- b) Hamilton é coautor do delito de receptação, pois praticou o núcleo do tipo penal.
- c) A conduta de Hamilton é atípica, pois, como não conhecia o intento dos vendedores, não pode ser responsabilizado por fato do qual não detinha o domínio.
- d) O dever de vigilância inerente ao cargo de gerente torna a omissão de Hamilton punível, segundo a teoria do domínio do fato.
- e) Hamilton será considerado coautor, em decorrência do domínio da vontade, situação na qual o autor da conduta não a pratica de mão própria, mas, sim, por meio da utilização de outro sujeito, que atua em erro ou em estado de não culpabilidade.

QUESTÃO 5) Ao condenar um réu pelo crime de tráfico privilegiado, já que vendia pequena quantidade de droga, era primário e não havia indícios de pertencer a organização criminosa, o juiz determinou o regime inicial de cumprimento fechado por acreditar ser obrigatório, sem atentar para a recente mudança deste paradigma em nosso ordenamento jurídico. Sob qual fundamento deve repousar o recurso de apelação:

- a) Não respeito ao princípio da individualização da pena, que confere ao magistrado, analisando as circunstâncias, arbitrar o regime mais adequado para o cumprimento da pena.
- b) Princípio da legalidade, haja vista a mudança promovida pelo Congresso Nacional na Lei de Drogas, que afastou a aplicabilidade necessária do regime fechado para crimes hediondos.
- c) Princípio da correlação, pois a pena não corresponde à reprimenda aplicável à espécie.
- d) Princípio da dignidade da pessoa humana, que encontra-se ferido na decisão ante a desproporção entre o crime e o regime inicial de cumprimento na pena.
- e) Princípio da proporcionalidade e da razoabilidade, tendo em vista que a dosagem das penas deve ser conferida de acordo com a gravidade do delito cometido.

QUESTÃO 6) De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens a seguir.

I - A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso.

II - Para efeito de progressão de regime no cumprimento de pena por crime hediondo, ou equiparado, o juízo da execução observará a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei 8.072, de 25 de julho de 1990, sem prejuízo de avaliar se o condenado preenche, ou não, os requisitos objetivos e subjetivos do benefício, podendo determinar, para tal fim, de modo fundamentado, a realização de exame criminológico.

III - A pena unificada para atender ao limite de trinta anos de cumprimento, determinado pelo art. 75 do Código Penal, não é considerada para a concessão de outros benefícios, como o livramento condicional ou o regime mais favorável de execução.

Está(ão) correta(s) a(s) assertiva(s):

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

QUESTÃO 7) Em razão do disposto na Lei nº 13.019/2014, sobre o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, analise as assertivas a seguir:

I – Acordo de Cooperação é o instrumento a ser firmado entre um município e uma organização da sociedade civil que pretendam formalizar parceria para a consecução de finalidades de interesse público recíproco que não envolvam a transferência de recurso financeiro.

II – Termo de Fomento é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, propostas pelas organizações da sociedade civil, e que envolvam a transferência de recursos financeiros.

III - Termo de Colaboração é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, propostas pela administração pública, e que não envolva a transferência de recursos financeiros.

IV - Caso a organização da sociedade civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de

inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

Estão corretas as assertivas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I, II e IV.

QUESTÃO 8) De acordo com a Teoria dos Atos Administrativos, analise as assertivas:

I - A finalidade do ato administrativo consiste em atingir tanto o interesse público quanto a finalidade do próprio ato administrativo em si, visando à concretização de uma finalidade ideológica-partidária do governo.

II - Um ato administrativo discricionário pode ser declarado inválido pelo Poder Judiciário quando o seu motivo determinante não se apresenta justificável diante de sua ilegitimidade.

III - Todo e qualquer ato administrativo em sua edição deve ser dotado de motivo, além da sua motivação exteriorizada no ato. Portanto, qualquer ato que não contenha expressamente a motivação em sua edição é passível de ter reconhecida sua ilegitimidade por parte do Poder Judiciário.

IV - A competência dos atos administrativos é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.

Estão corretas as assertivas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

QUESTÃO 9) De acordo com a Lei nº 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, analise as assertivas a seguir:

I - A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.

II – Uma concessionária não poderá fazer a subconcessão do serviço público a ela concedido, tendo em vista que o contrato de concessão é de caráter personalíssimo.

III – A encampação é uma forma de extinção dos contratos de concessão pelo Poder Público, através de ato unilateral, durante sua vigência, sob o fundamento de razões de interesse público.

IV – É encargo da concessionária promover as desapropriações e constituir servidões autorizadas pelo poder concedente, conforme previsto no edital e no contrato;

Conforme o disposto acima, está(ão) correta(s):

- a) I e IV.
- b) I e II.
- c) I, III e IV.
- d) II.
- e) III e IV.

QUESTÃO 10) Sobre a organização administrativa do Estado, marque a alternativa incorreta:

a) Segundo a Constituição Federal de 1988, a empresa pública, a sociedade de economia mista e outras entidades que explorem atividade econômica sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias.

- b) Segundo a Lei 13.303 de 2016, chamada de Estatuto das Empresas Estatais, aplicam-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista de capital aberto e as suas subsidiárias as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as normas da Comissão de Valores Mobiliários sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, inclusive a obrigatoriedade de auditoria interna por auditor registrado nesse órgão.
- c) Para uma eventual alienação, venda ou desestatização de empresas estatais consideradas "empresas-mãe-matrizes", o entendimento do Supremo Tribunal Federal é de que faz-se necessário o aval do Congresso Nacional e o devido processo licitatório.
- d) O Supremo Tribunal Federal entende que, para que as empresas subsidiárias sejam alienadas, não é necessária a autorização legislativa.
- e) O Decreto 9.188/2017, visando "estabelece[r] regras de governança, transparência e boas práticas de mercado para a adoção de regime especial de desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federais", acaba por permitir que tais entidades da administração indireta promovam estratégias de transferência para terceiros do domínio de todas "as unidades operacionais e os estabelecimentos integrantes do seu patrimônio, os direitos e as participações, diretas ou indiretas, em outras sociedades".

QUESTÃO 11) Segundo entendimento do STF e STJ sobre o Poder de Polícia, julgue os itens a seguir.

I - É legítima a cobrança da taxa de localização, fiscalização e funcionamento quando notório o exercício do poder de polícia pelo aparato administrativo do ente municipal, sendo dispensável a comprovação do exercício efetivo de fiscalização.

II - A fiscalização do trânsito, com aplicação das sanções administrativas legalmente previstas, embora possa se dar ostensivamente, constitui mero exercício de poder de polícia, não havendo, portanto, óbice ao seu exercício por entidades não policiais.

III - A administração pública possui interesse de agir para tutelar em juízo atos em que ela poderia atuar com base em seu poder de polícia, em razão da inafastabilidade do controle jurisdicional.

Conforme o disposto acima, está(ão) correta(s):

- a) I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) II.
- e) I, II e III.

QUESTÃO 12) O parágrafo primeiro do art. 37 da Constituição Federal de 1988 dispõe que "*a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos*". O disposto é consequência do princípio da:

- a) impessoalidade.
- b) supremacia do interesse público.
- c) razoabilidade.
- d) moralidade.
- e) eficiência.

QUESTÃO 13) O meio ambiente possui, no Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), uma nova identidade protetiva. Dentre as alternativas, a que está errada ou incompleta é:

- a) A Amazônia Legal compreende os Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e as regiões situadas ao norte do paralelo 13° S, dos Estados de Tocantins e Goiás, e ao oeste do meridiano de 44° W, do Estado do Maranhão.
- b) Área de Preservação Permanente – APP é a área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade

geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

c) Reserva Legal é uma área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12 do Código, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.

d) Pode ser considerada atividade eventual ou de baixo impacto ambiental a exploração agroflorestal e manejo florestal sustentável, comunitário e familiar, incluindo a extração de produtos florestais não madeireiros, desde que não descaracterizem a cobertura vegetal nativa existente nem prejudiquem a função ambiental da área.

e) É criado o Cadastro Ambiental Rural - CAR, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, registro público eletrônico de âmbito nacional, facultativo aos imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

QUESTÃO 14) Considerando a decisão a seguir, complete as lacunas.

CONSTITUCIONAL E AMBIENTAL. DANO AMBIENTAL. PERIGO DE DANOS DECORRENTES IRREVERSÍVEIS. NECESSIDADE DE RECUPERAÇÃO. URGÊNCIA. DETERMINAÇÃO LIMINAR. POSSIBILIDADE. 1. A recuperação dos danos ambientais causados encontra amparo nos princípios da(o) _____ e _____, que informam o direito ambiental. Caso em que se impõe ao réu, por decisão liminar, a adoção de medidas urgentes para a recuperação de desmatamento realizado ao longo de rio, a fim de evitar o assoreamento e erosões decorrentes da falta de proteção natural da vegetação, pois, do contrário, esses prejuízos decorrentes podem se tornar irreversíveis. 2. Agravo de instrumento a que se dá provimento. Origem: TRF - PRIMEIRA REGIÃO Classe: AG - AGRAVO DE INSTRUMENTO - 200401000449934 Processo: 200401000449934. UF: RO. Órgão Julgador: SEXTA TURMA. Data da decisão: 02/02/2007. Documento: TRF10242874.

- a) Prevenção e da responsabilidade.
- b) Poluidor-pagador e da reparação integral.
- c) Usuário-pagador e da responsabilidade.
- d) Desenvolvimento sustentável e da participação.
- e) Usuário-pagador e da recuperação.

QUESTÃO 15) A Lei nº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais) dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Sobre a Lei, assinale a alternativa incorreta:

- a) A multa será calculada segundo os critérios do Código Penal; se revelar-se ineficaz, ainda que aplicada no valor máximo, poderá ser aumentada até três vezes, tendo em vista o valor da vantagem econômica auferida.
- b) A prestação de serviços à comunidade pela pessoa jurídica poderá consistir em contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas.
- c) Constitui crime a prática de grafite realizada, mesmo com o objetivo de enaltecer o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário e, quando couber, pelo locatário ou arrendatário do bem privado e, no caso de bem público, com a autorização do órgão competente e a observância das posturas municipais e das normas editadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional.
- d) São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio

Ambiente - SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização, bem como os agentes das Capitâneas dos Portos, do Ministério da Marinha.

e) Para o cumprimento da Lei de Crimes Ambientais, os órgãos ambientais integrantes do SISNAMA, responsáveis pela execução de programas e projetos e pelo controle e fiscalização dos estabelecimentos e das atividades suscetíveis de degradarem a qualidade ambiental, ficam autorizados a celebrar, com força de título executivo extrajudicial, termo de compromisso com pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pela construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores.

QUESTÃO 16) Considerando a decisão a seguir, complete as lacunas.

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. MEIO AMBIENTE. MANUTENÇÃO DE REGISTRO E AUTORIZAÇÃO PARA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO PRODUTO CHOPE EM GARRAFA PET (POLIETILENO TEREFTALATO) OU OUTRAS EMBALAGENS PLÁSTICAS POTENCIALMENTE POLUIDORAS. CONDICIONAMENTO A ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E DE MEDIDAS EFICAZES PARA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL. POSSIBILIDADE. I – A tutela constitucional, que impõe ao Poder Público e a toda coletividade o dever de defender e preservar, para as presentes e futuras gerações, o meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida, como direito difuso e fundamental, feito bem de uso comum do povo (CF, art. 225, caput), já instrumentaliza, em seus comandos normativos, o princípio do(a) _____ (quando houver dúvida sobre o potencial deletério de uma determinada ação sobre o ambiente, toma-se a decisão mais conservadora, evitando-se a ação) e a conseqüente _____ (pois uma vez que se possa prever que uma certa atividade possa ser danosa, ela deve ser evitada), exigindo-se, assim, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade (CF, art. 225, § 1º, IV).

Processo: 200634000095127. UF: DF. Órgão Julgador: SEXTA TURMA. Data da decisão: 11/06/2007. Documento: TRF10254643. TRF 1ª região.

- a) Desenvolvimento sustentável e reparação.
- b) Prevenção e precaução.
- c) Precaução e prevenção.
- d) Responsabilidade e reparação.
- e) Prevenção e reparação.

QUESTÃO 17) Para a Lei 6938/81, da PNMA (Política Nacional do Meio Ambiente), é uma definição errada ou incompleta:

- a) Meio ambiente: conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.
- b) Degradação da qualidade ambiental: alteração adversa das características do meio ambiente.
- c) Poluição: degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população.
- d) Poluidor: pessoa física de direito privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental.
- e) Recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora

QUESTÃO 18) As atividades de preservar as florestas, a fauna e a flora e de proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos são competências materiais ou administrativas constitucionais:

- a) Exclusivas.

- b) Privativas.
- c) Concorrentes.
- d) Comuns.
- e) Suplementares.

QUESTÃO 19) “A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévia(o) _____ . ”, é o que está previsto no art. 10, da Lei 6.938/81, que cuida da Política Nacional do Meio Ambiente. Complete o espaço em branco:

- a) Zoneamento ambiental.
- b) Estudo de Impacto ambiental.
- c) Avaliação de Impacto ambiental.
- d) Licenciamento ambiental.
- e) Relatório de Impacto ambiental .

QUESTÃO 20) A Constituição Federal discrimina as competências dos entes políticos da federação, dispondo que:

- a) Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública.
- b) Pertence ao Estado-membro a denominada competência residual tributária para instituir um novo imposto, desde que seja não cumulativo e não tenha fato gerador ou base de cálculo próprios dos impostos previstos na Constituição Federal.
- c) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituírem o imposto sobre transmissão causa mortis e doação, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- d) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de suas atuações nas respectivas áreas.
- e) Compete à União, na iminência ou no caso de guerra externa, instituir imposto extraordinário, compreendido ou não em sua competência tributária, desde que seja suprimido, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

QUESTÃO 21) Considere hipoteticamente que, tendo assumido o compromisso de buscar alternativas para recuperar parte dos expressivos montantes registrados a título de Dívida Ativa, o Procurador-Geral do Estado do Rio Grande do Norte determinou que as certidões de dívida ativa que se enquadrassem em determinadas circunstâncias de valor e data de registro deveriam ser imediatamente enviadas a protesto no Tabelionato de Protesto de Títulos da Capital. Assim procedendo, o Procurador-Geral teria errado, pois:

- a) O protesto deveria ser realizado no local do fato gerador do tributo.
- b) A constituição do devedor em mora é satisfeita pela emissão da CDA, sendo qualquer protesto subsequente abusivo.
- c) O protesto deveria ser realizado no local do domicílio do devedor.
- d) O único meio apto para o recebimento de créditos públicos inadimplidos é a execução fiscal em juízo.
- e) O pagamento prévio de emolumentos, taxas e outras despesas tornaria antieconômica a via eleita.

QUESTÃO 22) A respeito da fiscalização tributária, sobretudo quanto aos impostos de competência das diversas pessoas jurídicas de direito público interno, o Código Tributário Nacional estabelece que às Fazendas Públicas é permitida a prestação de assistência mútua:

- a) Apenas para a permuta de informações, desde que restrita ao âmbito dos Estados e do Distrito Federal, relativamente aos impostos de sua competência comum, e ao âmbito dos Municípios e do Distrito Federal, relativamente aos impostos de competência comum destes.
- b) Entre todas elas, para a permuta de informações e para a fiscalização de tributos, na forma estabelecida por lei ou convênio, vedada a prestação de informações pela Fazenda Pública da União, que, no entanto, poderá recebê-las das Fazendas Públicas estaduais e municipais.
- c) Entre todas elas, para a fiscalização dos tributos respectivos e para a permuta de informações, na forma estabelecida por lei ou convênio, em caráter geral ou específico.
- d) Para a permuta de informações de caráter tributário, mas vedada para fiscalização dos tributos respectivos, pois a fiscalização é atividade indelegável.
- e) Apenas para a fiscalização de tributos respectivos, desde que restrita ao âmbito dos Estados e do Distrito Federal, relativamente aos impostos de sua competência comum, e ao âmbito dos Municípios, relativamente aos impostos de competência comum destes.

QUESTÃO 23) Sobre as garantias e privilégios do crédito tributário, o Código Tributário Nacional dispõe:

- a) Para garantir o pagamento do crédito tributário, o juiz determinará a indisponibilidade de bens e direitos do devedor, independentemente do devedor apresentar ao respectivo Juízo, no prazo legal, bens à penhora.
- b) Seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, o crédito tributário prefere a qualquer outro, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.
- c) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bem, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário ainda não inscrito na Dívida Ativa, mas constituído pela autoridade competente, através de lançamento tributário.
- d) A cobrança judicial do crédito tributário está sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.
- e) No caso de decretação de falência do devedor, o pagamento de crédito tributário será realizado na seguinte ordem: em primeiro lugar, pagam-se os créditos da União; e, posteriormente, os créditos dos Municípios, conjuntamente e pró rata; e, em último lugar, os créditos dos Estados e Distrito Federal, conjuntamente e pró rata.

QUESTÃO 24) Determinada Lei Estadual estabelece progressividade de alíquota do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de bens e direitos. Neste caso, segundo o Supremo Tribunal Federal:

- a) É incabível a progressividade de alíquotas porquanto é restrita aos tributos taxativamente elencados na vigente Constituição Federal.
- b) A progressividade poderá ser implementada apenas com relação ao IRPF, IRPJ, IPTU e ITR.
- c) A progressividade prevista neste caso viola o princípio da capacidade contributiva.
- d) É cabível a cobrança do referido imposto de forma progressiva com vistas a assegurar a aferição da capacidade econômica do contribuinte.
- e) A progressividade na cobrança deste imposto infringe o constitucional princípio da igualdade material tributária.

QUESTÃO 25) A respeito da exclusão do crédito tributário, considere:

- I. A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.
- II. Salvo disposição de lei em contrário, a isenção é extensiva aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
- III. Salvo disposição de lei em contrário, a isenção é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria.

IV. A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.

Estão corretas apenas as afirmações contidas em:

- a) I e IV.
- b) III e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I e III.
- e) I, II e IV.

GABARITO DEFINITIVO			
01		14	
02		15	
03		16	
04		17	
05		18	
06		19	
07		20	
08		21	
09		22	
10		23	
11		24	
12		25	
13			